

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2026/11803</b>	<b>17212/2026</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Assunto do Processo		
<b>Proposta à Câmara Municipal - Pedido de Apoio Financeiro - Associação Dume Capital Sueva</b>		
Unidade Administrativa		
<b>DCULP - DPC [APOIOS]</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

**Data:** 2026/03/30

**N.º Processo:** 35064/2026

**Registo de entrada:** 2026-E-RE-7006

**Assunto:** Proposta de atribuição de apoio financeiro – Associação Dume Capital Sueva-atividade: “Capital Sueva (4ª edição)”.

#### Enquadramento.

Associação Dume Capital Sueva, pessoa coletiva n.º 518 317 439, com sede na Rua Cónego Insuelas, nº20, Dume 4700-055, Braga, inscrita no Registo de Entidades Candidatas a Apoios Municipais (RECAM) sob o n.º 493/2025, apresentou pedido de apoio financeiro no valor de 4.850,00 € (quatro mil oitocentos e cinquenta euros) para a realização da atividade: “Capital Sueva (4ª edição)”.

Considerando que compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa, e que a atribuição de apoios se rege pelo Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB), Parte F, Título I (designadamente artigos F-1/3.º, F-1/5.º e F-1/7.º a F-1/12.º), importa registar que o pedido se enquadra no apoio à atividade com vista à continuidade ou incremento de projetos de interesse municipal. Verifica-se que a entidade reúne os requisitos gerais de atribuição, e que o pedido foi instruído com os elementos exigíveis nos termos do artigo F-1/8.º. Na apreciação do pedido foram ponderados os critérios gerais e as especificidades da área cultural previstos no artigo F-1/9.º do CRMB.



### **Fundamentação do interesse municipal.**

A Associação Dume Capital Sueva (ADCS) propõe a realização da 4.<sup>a</sup> edição do evento “Dume – Capital Sueva”, com o objetivo de divulgar e valorizar a herança histórica do povo suevo, cuja presença teve particular relevância em Braga, especialmente na freguesia de Dume, onde foi edificada uma importante basílica. A iniciativa pretende dar a conhecer, de forma pedagógica e lúdica, os costumes, crenças e organização social dos Suevos, com base, entre outras fontes, nos escritos de São Martinho de Dume, sendo que a edição de 2026 terá como tema central o mosteiro e a vida monástica, destacando o papel dos monges no desenvolvimento social, cultural e religioso da região.

O evento será estruturado em diferentes momentos, incluindo um pré-evento que envolve a comunidade e as associações locais na preparação de cenários, trajes e atividades, bem como ações educativas junto das escolas e instituições da freguesia. Durante os dois dias principais, a Aldeia Sueva, instalada nos jardins da Casa da Cultura, proporcionará uma recriação histórica do quotidiano da época, com demonstração de ofícios tradicionais, atividades dirigidas a famílias e crianças, teatro de rua e animação musical de inspiração medieval, integrando também momentos de interpretação da vida monástica.

Nas edições anteriores, realizadas entre 2023 e 2025, o evento registou uma forte adesão, atraindo milhares de visitantes, obtendo ampla cobertura mediática e despertando interesse além-fronteiras, nomeadamente na Galiza, contando com a participação ativa de diversas associações e instituições da freguesia. Para 2026, pretende-se consolidar o crescimento do evento, aumentar a sua projeção nacional e internacional e reforçar a qualidade da recriação histórica e da oferta cultural.

Mais do que uma feira, “Dume – Capital Sueva” afirma-se como um projeto cultural de valorização patrimonial e de dinamização comunitária.

### **PROPOSTA DE RESOLUÇÃO**

#### **Resolução.**

Nestes termos, e ao abrigo do artigo F-1/10.º, submete-se à consideração superior a proposta de atribuição de apoio financeiro no valor de 4.850,00 € (quatro mil oitocentos e cinquenta euros) à Associação Dume Capital Sueva, bem como a aprovação da minuta de contrato e a autorização para a sua celebração, nos termos do artigo F-1/12.º do CRMB.

### **DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**



## Minuta de CONTRATO DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL

Entre

o Município de Braga, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, neste ato representado por João Vasconcelos Barros Rodrigues, na qualidade de presidente, em exercício de funções, adiante designado como Primeiro Outorgante,

e

a Associação Dume Capital Sueva pessoa coletiva n.º 518 317 439, com sede na Rua Conego Insuelas, nº20, Dume 4700-055, Braga inscrita no Registo de Entidades Candidatas a Apoios Municipais (RECAM) sob o n.º 493/2025, representada Paula Cristina Ferreira da Silva, adiante designado como Segundo Outorgante,

É livremente e de boa-fé celebrado o presente contrato, que se rege pelas cláusulas seguintes:

### Artigo 1.º

#### Objeto

1. Constitui objeto do presente contrato a atribuição de apoio financeiro e de apoio não financeiro ao Segundo Outorgante para a realização da atividade: “Dume – Capital Sueva (4ª edição), a decorrer no Município de Braga, nos termos do pedido de apoio apresentado, que se anexa e faz parte integrante do presente contrato.

### Artigo 2.º

#### Apoio financeiro

1. O Segundo Outorgante apresentou um plano de actividades anual, que engloba um investimento total de 8.950,00 euros (vinte e três mil oitocentos e trinta e oito e quarenta e sete euros).

2. O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro no montante total de 4.850,00 euros (quatro mil oitocentos e cinquenta euros), a pagar em três prestações: a primeira e a segunda correspondem, cada uma, a 40% do montante total do apoio financeiro atribuído, e a terceira corresponde a 20% do mesmo montante, sendo a primeira paga após a assinatura do contrato, a segunda após validação do relatório intermédio e a terceira após validação do relatório final.

3. O apoio financeiro destina-se exclusivamente a suportar os encargos/custos contemplados no pedido apresentado pelo Segundo Outorgante.

4. Não são abrangidas pelo apoio financeiro despesas com remuneração de pessoal.

5. A comparticipação financeira não poderá ser proporcionalmente aumentada em função do custo real da execução do projecto.

6. Quando o pagamento seja faseado, o pagamento das prestações subsequentes à primeira fica condicionado ao cumprimento das obrigações de reporte e prestação de contas previstas no Artigo 5.º.

7. Acresce ao apoio financeiro previsto no n.º 2 a receita de bilheteira resultante das actividades a realizar, a qual reverte para o Segundo Outorgante.

### **Artigo 3.º**

#### **Apoio não financeiro**

1. Para além do apoio financeiro previsto no artigo anterior, o Primeiro Outorgante concede ao Segundo Outorgante apoio não financeiro, consistente na cedência de uso precário e temporário de bens e meios necessários à execução do objecto do presente contrato, nas datas e pelo período previstos no programa apresentado, exclusivamente para a execução das actividades contratualizadas.

2. A cedência referida no número anterior inclui, quando previsto e aplicável, a disponibilização de meios e serviços técnicos, operacionais ou de produção inerentes ao funcionamento dos equipamentos, designadamente frente de casa, operação de som, luz e vídeo, segurança e limpeza, nos termos a definir com os serviços competentes para cada actividade.

3. A cedência tem a duração estritamente necessária ao cumprimento do programa, não sendo passível de prorrogação, salvo autorização expressa, por escrito, do Município.

4. Cabe ao Segundo Outorgante suportar todas as despesas adicionais necessárias à realização das actividades, incluindo contratações externas indispensáveis, sem que daí resulte qualquer obrigação de contratação ou assunção de encargos pelo Município; o apoio não financeiro não pode implicar, para o Município, despesas de contratação de serviços no exterior.

5. Quando aplicável, o Segundo Outorgante obriga-se a contratar e manter em vigor o seguro adequado aos riscos associados à utilização dos bens e meios cedidos, nos termos a definir com o Município, e a apresentar comprovativo sempre que solicitado.

6. Qualquer forma de apoio não financeiro não prevista no presente artigo depende de revisão contratual, devendo, nesse caso, ficar expressamente definidos os bens/meios a ceder, as regras de entrega, utilização, manutenção, conservação e gestão, a responsabilidade por danos, a devolução ou reversão e, quando aplicável, a obrigação de seguro.

7. O apoio não financeiro fica sujeito às seguintes condições:

a) O Segundo Outorgante obriga-se a utilizar os bens e meios cedidos exclusivamente para a execução do objecto do presente contrato, não podendo ceder, subceder ou permitir a utilização por terceiros sem autorização prévia, expressa e escrita do Município;

b) O Segundo Outorgante obriga-se a cumprir as regras de utilização, segurança e funcionamento dos equipamentos, bem como as instruções técnicas e operacionais transmitidas pelos serviços;

c) O Segundo Outorgante é responsável pela correcta utilização dos bens e meios cedidos, respondendo por danos, perdas ou deteriorações que lhes sejam imputáveis, sem prejuízo do desgaste normal decorrente da utilização regular;

d) Findo o período de cedência, o Segundo Outorgante deve assegurar a restituição do bem e/ou a cessação da utilização, nas condições acordadas com os serviços, sem prejuízo de reposições ou reparações que se revelem necessárias por factos imputáveis ao Segundo Outorgante.

#### **Artigo 4.º**

##### **Obrigações do Segundo Outorgante**

No âmbito do presente contrato, o Segundo Outorgante obriga-se a:

- a) Afectar a comparticipação financeira exclusivamente aos fins constantes do Artigo 1.º;
- b) Respeitar todas as normas aplicáveis em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional;
- c) Atender, na sua actuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- d) Obter, sempre que legalmente exigível, as autorizações e licenças necessárias à realização das actividades, designadamente junto da Inspecção-Geral das Actividades Culturais (IGAC), bem como assegurar a regularização e pagamento dos direitos de autor e conexos devidos, nomeadamente junto da Sociedade Portuguesa de Autores (SPA) e demais entidades de gestão coletiva competentes;
- e) Publicitar a actividade objecto do presente contrato fazendo referência ao apoio do Município, através da menção expressa “Com o apoio do Município de Braga”, e inclusão do respetivo brasão ou logótipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projecto ou das actividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
- f) Assegurar uma estreita colaboração com o Primeiro Outorgante, tendente ao correto acompanhamento e execução do presente contrato e, em especial, à garantia do cumprimento dos princípios de boa gestão financeira;
- g) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objecto do presente contrato, nomeadamente requisitos técnicos e logísticos inerentes à realização das actividades;
- h) Cumprir as obrigações específicas relativas ao apoio não financeiro previstas no Artigo 3.º, quando aplicável;

i) Facultar todos os elementos contabilísticos, técnicos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga, no âmbito do objecto do presente contrato, designadamente para verificação do cumprimento das obrigações assumidas;

j) Organizar e arquivar autonomamente a documentação justificativa da aplicação do apoio, em dossier de execução (física e financeira) de forma ordenada e rastreável, disponibilizando-o ao Município e às entidades competentes sempre que solicitado, podendo o projecto ser objecto de auditorias e ações de verificação; os originais dos documentos remetidos ou submetidos por via eletrónica devem ser guardados pelo Segundo Outorgante pelo período legalmente exigível.

k) Apresentar, via Balcão Único, os relatórios intermédio e final previstos no Artigo 5.º, nos prazos e com o conteúdo mínimo aí definidos, constituindo a entrega e apreciação desses relatórios condição para a liquidação do pagamento faseado do apoio;

l) Manter, durante a vigência do contrato, os requisitos declarados no Artigo 15.º;

m) Comunicar ao Primeiro Outorgante, de forma imediata, qualquer alteração superveniente que possa afetar o cumprimento dos requisitos referidos na alínea anterior.

## **Artigo 5.º**

### **Indicadores e Reporte**

1. Para efeitos de acompanhamento da execução do plano, o Segundo Outorgante compromete-se a submeter, via Balcão Único, um relatório intermédio e um relatório final.

2. Ambos os relatórios devem incluir, no mínimo, os seguintes indicadores e elementos de reporte, sem prejuízo de outros que venham a ser acordados entre as partes:

a) Número de actividades e sessões realizadas, por tipologia e data, e identificação dos locais de realização.

b) Número de participantes, espectadores e visitantes por actividade, por contagem efetiva ou, quando não seja possível, por estimativa devidamente fundamentada, e caracterização sumária dos públicos-alvo, quando aplicável.

c) Ações de comunicação realizadas e métricas de alcance/visibilidade disponíveis.

d) Evidência do cumprimento das obrigações de publicitação do apoio municipal.

e) Grau de execução financeira e explicitação de desvios relevantes face ao orçamento aprovado, com a respectiva fundamentação.

3. O relatório intermédio deve ser submetido até 31 de julho de 2026 e deve reportar, de forma sumária, a execução física e financeira das actividades realizadas até 30 de junho de 2026, sendo o grau de execução financeira apresentado por rubricas agregadas. O relatório intermédio tem natureza sumária e não excede duas páginas, excluindo anexos.

4. O relatório final deve ser submetido até 30 dias após 31 de dezembro de 2026 e deve reportar a execução física e financeira global do plano, devendo ainda incluir, quando aplicável:

a) Medidas de acessibilidade implementadas.

b) Execução financeira mediante apresentação de mapa discriminado dos recursos financeiros afetos, por actividade e por natureza da despesa.

## **Artigo 6.º**

### **Exclusão de Responsabilidade**

1. O Segundo Outorgante responde, nos termos gerais de direito (por culpa ou pelo risco, quando aplicável), por quaisquer danos causados a terceiros e/ou ao Primeiro Outorgante no âmbito da preparação, montagem, realização e desmontagem das actividades incluídas no objecto do contrato.

2. Quaisquer obrigações, encargos e responsabilidades assumidos pelo Segundo Outorgante no exercício da sua actividade, designadamente financiamentos bancários, contratos com terceiros e dívidas contraídas, são da sua exclusiva responsabilidade, não podendo, em caso algum, ser imputados ao Primeiro Outorgante.

3. O Segundo Outorgante obriga-se a reparar e a indemnizar o Primeiro Outorgante e terceiros pelos prejuízos que lhes sejam causados em consequência de actos ou omissões imputáveis ao Segundo Outorgante, aos seus trabalhadores, colaboradores, prestadores de serviços, artistas e demais entidades por si contratadas.

4. O Segundo Outorgante responde pela incorreta aplicação da comparticipação financeira atribuída, perante o Primeiro Outorgante e as entidades inspectivas e de controlo competentes, sem prejuízo das demais consequências previstas no presente contrato e na lei aplicável.

## **Artigo 7.º**

### **Transmissão da Posição Contratual**

1. É vedada ao Segundo Outorgante a cessão da posição contratual, total ou parcial, bem como a subcontratação, cedência ou subcedência, a qualquer título, da execução das obrigações assumidas, sem autorização prévia, expressa e escrita do Primeiro Outorgante.

2. A eventual autorização referida no número anterior não exonera o Segundo Outorgante das responsabilidades assumidas no presente contrato.

## **Artigo 8.º**

### **Direção e Fiscalização da Execução do Contrato**

1. O exercício dos poderes de direcção e fiscalização não exonera o Segundo Outorgante do cumprimento integral das obrigações contratuais nem das responsabilidades que lhe sejam legalmente imputáveis.

2. Os poderes de direcção e a fiscalização do modo de execução do contrato serão exercidos pelo Primeiro Outorgante, nos termos do disposto nos Artigos 303.º a 305.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).



3. Para efeitos de concretização dos poderes referidos no número anterior, o Primeiro Outorgante actua através do gestor do contrato e do respetivo substituto, nos termos do artigo 16.º, competindo-lhes, designadamente:

a) Emitir ordens, diretivas e instruções necessárias à boa execução do contrato, bem como promover as notificações legalmente devidas para cumprimento das obrigações contratuais em prazo fixado para o efeito.

b) Acompanhar a execução do contrato e promover a verificação do cumprimento das obrigações assumidas pelo Segundo Outorgante, incluindo a avaliação do desempenho, nos termos do artigo 290.º-A, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos.

c) Propor, quando aplicável e nos termos legais, a suspensão de prazos por impossibilidade temporária de cumprimento, bem como a retoma da execução, logo que cessem as causas que a determinaram.

### **Artigo 9.º**

#### **Incumprimento, resolução e sanções**

1. Em caso de incumprimento das obrigações contratuais, total ou parcial, por facto imputável ao Segundo Outorgante, o Primeiro Outorgante notifica-o para cumprir no prazo que fixar, salvo quando o cumprimento se tenha tornado impossível ou deixe de se verificar o interesse público subjacente à atribuição do apoio.

2. O incumprimento injustificado das obrigações contratuais, bem como o desvio do apoio financeiro para fim diverso do previsto no presente contrato, constitui fundamento para a resolução do contrato pelo Primeiro Outorgante e determina a exigibilidade dos montantes já pagos cuja aplicação não resulte comprovada, sem prejuízo do disposto nos artigos 333.º a 335.º do Código dos Contratos Públicos e das demais consequências legais aplicáveis, incluindo responsabilidade financeira e criminal, quando a ela haja lugar.

3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a não apresentação, nos prazos previstos, dos relatórios e demais elementos de reporte e evidência exigidos pelo presente contrato, bem como a não disponibilização, quando solicitada, da documentação justificativa necessária à verificação da execução física e financeira, determina a suspensão dos pagamentos subsequentes e pode fundamentar a resolução do contrato, nos termos legais.

4. Verificando-se, pela apreciação dos relatórios e/ou por acções de verificação ou auditoria, que nem todas as verbas transferidas foram comprovadamente destinadas a suportar os encargos do projecto, o Segundo Outorgante obriga-se a restituir ao Primeiro Outorgante o montante cuja aplicação não resulte comprovada, sem prejuízo das demais consequências legais aplicáveis.

5. Quando esteja em causa apoio não financeiro, o incumprimento injustificado determina, quando aplicável, a cessação imediata da cedência e a reversão dos bens e meios municipais à posse do Município, sem prejuízo da responsabilidade por danos e demais consequências contratuais e legais, implicando ainda a impossibilidade de candidatura a novos auxílios não



financeiros durante dois anos, nos termos do Artigo F -1/17.º, n.º 2, do Código Regulamentar do Município de Braga.

6. Compete ao gestor do contrato promover a instrução e apreciação técnica das situações de incumprimento e propor as medidas contratuais e legais aplicáveis, para os efeitos previstos no presente artigo.

### **Artigo 10.º**

#### **Força Maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao Segundo Outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias/pandemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Segundo Outorgante, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Segundo Outorgante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Segundo Outorgante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Segundo Outorgante de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Segundo Outorgante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Segundo Outorgante não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento.

### **Artigo 11.º**

#### **Causa de Extinção**

1. São causas de extinção do presente contrato:
  - a) O decurso do prazo de vigência do contrato;
  - b) A impossibilidade definitiva e as demais causas de extinção das obrigações reconhecidas pelo direito civil;
  - c) A revogação por acordo das partes;
  - d) A resolução por decisão do Primeiro Outorgante, nos termos dos Artigos 333.º a 335.º do CCP.

### **Artigo 12.º**

#### **Notificações e Comunicações**

1. Todas as notificações e comunicações entre as partes devem ser dirigidas, nos termos do Artigo 468.º do CCP, para os seguintes endereços de correio eletrónico:  
Primeiro Outorgante – cultura@cm-braga.pt  
Segundo Outorgante – dumecapitalsueva@gmail.com
2. Quaisquer alterações aos citados endereços de correio eletrónico devem ser comunicadas previamente e por escrito à outra parte.

### **Artigo 13.º**

#### **Vigência e revisão do contrato**

1. O presente contrato produz efeitos no dia seguinte à data da sua assinatura e vigora até 31 de Dezembro de 2026.
2. Mantêm-se, porém, exigíveis após o termo da vigência as obrigações que, pela sua natureza, subsistam, designadamente as relativas à prestação de informação, entrega e apreciação do relatório final, disponibilização de documentação justificativa, restituição de montantes cuja aplicação não resulte comprovada e demais deveres instrumentais necessários à verificação da boa aplicação do apoio.
3. O presente contrato pode ser objecto de revisão por acordo das partes quando se mostre estritamente necessário, devendo qualquer alteração ao objecto, montantes, calendário, prestações ou contrapartidas ser formalizada por escrito.
4. O contrato pode ainda ser objecto de revisão unilateral pelo Município, em resultado de imposição legal superveniente ou de ponderoso interesse público, ficando a eficácia da revisão sujeita a prévia aprovação da Câmara Municipal.
5. Qualquer alteração ao objecto, montantes, calendário, prestações ou contrapartidas deve ser formalizada por escrito, nos termos dos números anteriores.

**Artigo 14.<sup>a</sup>****Legalidade da Despesa**

A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente a este contrato, a realizar no atual ano económico, é a seguinte 05 040701 – GOP 2017/25 –Acc 3 – Apoio a diversas entidades no âmbito cultural, do Orçamento do Município em vigor, em conformidade com a informação de cabimento n.º 100964, seq. de 2026/04/07 e informação de compromisso n.º 134865 seq. de 2026/04/07.

**Artigo 15.º****Requisitos de atribuição e habilitação**

1. Para efeitos do Código Regulamentar do Município de Braga, o Segundo Outorgante declara que reúne e manterá, durante a vigência do contrato, os requisitos aplicáveis à atribuição do apoio, designadamente a inscrição no RECAM, os órgãos sociais em efetividade de funções e a situação regularizada relativamente a dívidas ao Estado, à Segurança Social e ao Município de Braga.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, os documentos comprovativos da situação tributária e contributiva regularizada constam do anexo ao presente contrato.

3. O Segundo Outorgante obriga-se a comunicar de imediato ao Primeiro Outorgante qualquer alteração superveniente suscetível de afetar o cumprimento dos requisitos referidos no n.º 1.

**Artigo 16.º****Gestão do contrato**

1. Nos termos e para os efeitos do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, o Primeiro Outorgante designa como gestor do contrato o dirigente da unidade orgânica competente na área da Cultura, ou quem legalmente o substitua, competindo-lhe assegurar o acompanhamento permanente da execução do contrato.

2. O acompanhamento técnico, a instrução do procedimento e a organização da evidência documental e de monitorização são assegurados por técnico(s) afeto(s) à unidade orgânica competente na área da Cultura, sob direcção do gestor do contrato.

3. Compete ao gestor do contrato, designadamente, validar as diligências necessárias à boa execução do contrato, apreciar os relatórios apresentados pelo Segundo Outorgante e determinar, quando aplicável, pedidos de esclarecimento, solicitação de elementos complementares e ações de verificação.

**Artigo 17.<sup>a</sup>****Legislação aplicável**

A execução do presente contrato rege-se pelo disposto no Código Regulamentar do Município de Braga, pelo Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

**Artigo 18.<sup>a</sup>****Proteção de dados pessoais**

1. As partes obrigam-se a dar cumprimento ao disposto na legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente ao Regulamento (UE) 2016/679 (RGPD) e à Lei n.º 58/2019, de 8 de Agosto.

2. Na elaboração e envio de relatórios e demais documentação, o Segundo Outorgante deve respeitar o princípio da minimização dos dados, limitando os dados pessoais ao estritamente necessário para as finalidades do presente contrato.

**Artigo 19.º****Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Por ser esta a vontade, livremente expressa, pelas Partes Outorgantes, vão elas assinar o presente contrato, exarado em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

---

---

Braga, 30 de março de 2026.

**Anexos:**

Anexo I – Pedido de Apoio/Candidatura, Plano de Actividades, Orçamento discriminado e Cronograma, com identificação do processo.

Anexo II – Declaração de situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Aduaneira.

Anexo III – Declaração de situação regularizada perante a Segurança Social.

Anexo IV – Documento comprovativo dos poderes de representação e vinculação do Segundo Outorgante (quando aplicável).



Anexo V – Outros documentos, quando aplicável: inscrição RECAM, apólice e comprovativo de seguro, licenças e autorizações aplicáveis, e demais elementos relevantes para a execução do contrato.

## 1. DADOS RELATIVOS À ATIVIDADE/PROJETO

### 1.1. Designação da Atividade / Projeto

Dume – Capital Sueva (4ª edição)

### 1.2. Data de realização da atividade / projeto

18 a 19 de Abril de 2026

### 1.3. Descrição da atividade / projeto

Com este evento a Associação Dume Capital Sueva (ADCS) pretende durante dois dias divulgar a História de um povo pouco conhecido, mas que teve um marco importante na cidade de Braga, mais concretamente na freguesia de Dume, na qual foi edificada uma enorme Basílica. A História dos Suevos que habitaram em Dume e em Braga encontra-se ainda envolta de algum mistério, mas com os textos deixados por São Martinho de Dume é nos desvendado um pouco, como eram as suas crenças, os seus hábitos e como estavam organizados. Assim com vista a cumprir com os objetivos delineados (descritos no ponto Objetivos do Projeto), o evento estará dividido em três grandes partes:

- **O Pré-evento** onde os membros da ADCS e os voluntários de todas as associações/entidades da Freguesia aderentes ao evento estarão envolvidos na construção dos cenários da Aldeia Sueva, na elaboração das vestes e demais trabalhos necessários para a realização do mesmo. Ainda no pré-evento queremos manter, como nas edições anteriores a colaboração do Serviço Educativo do Núcleo Museológico de Dume, organizando uma visita ao Jardim de Infância, Escola Básica e caso possível ao Centro Comunitário da freguesia, na semana que antecede o evento;

- **Aldeia Sueva**, espaço aberto durante os dois dias do evento, localizado nos jardins da Casa da Cultura, onde será feita uma vez mais a recriação de alguns ofícios e do quotidiano da época (com figurantes voluntários das diversas Associações). Neste espaço vão também decorrer algumas atividades direcionadas para famílias, para o público infantil e demais visitantes, a título de exemplo teremos as seguintes atividades: técnicas de olaria, pigmentos naturais, “teatro de rua”, espetáculos de fogo e atuações de grupos de música de inspiração medieval;

- **Feira das Associações de Inspiração Sueva**, a ser realizada no Adro da Igreja de Dume também em funcionamento durante os dois dias do evento, onde estarão localizadas tendas das mais variadas Associações/Instituições da Freguesia e iniciativas privadas que se queiram juntar. Estas tendas funcionarão de acordo com o regulamento criado para o evento, de forma a que a inspiração medieval seja notada pelos visitantes quer na venda de produtos alimentares quer na venda de outros produtos. Neste espaço decorrerão igualmente animações de música e teatro levadas a cabo por grupos convidados e pelos próprios voluntários das Associações.

(Durante todo o evento o Núcleo Museológico de Dume e o Museu de Artes e Ofícios da A.C.R.D (Associação Cultural e Recreativa de Dume) estarão abertos ao público. Faremos ainda todos os esforços para levar a cabo um Colóquio Luso Galego com o mote “Suevos – Um povo com História”)

### 1.4. Objetivos da atividade / projeto

- Divulgar a importância de Dume e Braga no Reino Suevo;
- Divulgar a Vida e Obra de São Martinho de Dume;
- Envolver as diversas gerações da comunidade em volta de um objetivo comum;
- Promover o espírito de união entre as diferentes Associações/Entidades da Freguesia;
- Fortalecer a relação da Cidade de Braga com a Galiza através de um Colóquio Luso Galego sobre o povo Suevo.



### 1.5. Fundamentação do interesse municipal na atividade / projeto

Quem foram os Suevos? Quais os seus hábitos? Qual a sua importância para o desenvolvimento do Noroeste da Península Ibérica? Que importância teve Dume e Braga no Reino Suevo?

Estas questões foram o mote que levaram à criação do evento “Dume – Capital Sueva”. Assim levamos até à comunidade mais informações sobre este povo e sobre Dume de uma forma lúdica, ao mesmo tempo que dinamizamos o espírito de união entre as mais diversas Associações e Instituições da Freguesia.

Nas primeiras três edições (2023,2024,2025), o evento atraiu milhares de visitantes, foi notícia nos mais diversos meios de comunicação, captando inclusive o interesse além fronteiras, nomeadamente na Galiza. Teve a colaboração efetiva de dez associações/instituições da Freguesia.

Com a quarta edição da “Dume – Capital Sueva” a ser realizada em 2026 pretendemos consolidar os objetivos das últimas edições , captar mais público (Nacional e Estrangeiro) e ao mesmo tempo ampliar a oferta cultural e recreativa durante o evento. Continuaremos a representar o quotidiano da sociedade Sueva, querendo ser cada vez mais fidedignos da época, quer nas construções dos mais variados ofícios, quer na indumentária usada pelos figurantes.

Queremos salientar que este evento é mais do que uma Feira, pois a parte cultural com transmissão de conhecimentos é para nós muito importante. Durante os dias do evento vamos continuar a divulgar as nossas origens, a nossa história e o nosso património. Com um programa rico culturalmente (teatro, música, danças, palestras...) onde se inclui o acesso gratuito a vários museus da freguesia. (Nota: Em todas as edições anteriores o Núcleo Museológico de Dume bateu recordes de visitantes durante os dois dias, angariando ainda futuras visitas guiadas).

Com a colaboração do Município de Braga, este evento atingirá certamente um novo patamar, enriquecendo a oferta cultural da cidade de uma forma descentralizada, beneficiando não só a comunidade Dumense, como também toda a comunidade Bracarense.





## 1.6. Indicação de histórico da atividade / projeto

3ª Edição “Dume – Capital Sueva” – 2025



## 2. ORÇAMENTO DISCRIMINADO

Dume Capital Sueva - 2026

Descrição das Receitas	Valor em Euros
Propinas	NA
CMB	4 850 €
Outras entidades públicas	700 €
Patrocínios / Mecenato	3600 €
Outras fontes de financiamento	NA
<b>TOTAL</b>	<b>9 150 €</b>

Descrição das Despesas	Valor em Euros
Ferragens para cenários	300 €
Madeira para cenários	1 300 €
Tintas e Vernizes	150 €



MINUTA MEMÓRIA DESCRITIVA PARA PEDIDO DE APOIO (MOD-AIC.01.02)

Descrição das Despesas	Valor em Euros
Tecido para cenários	500 €
Tecido, couro e adereços para indumentária	400 €
Divulgação (cartazes, lonas e flyers)	400 €
Tendas da Feira das Associações	700 €
Segurança do evento (período noturno)	500 €
Grupos/Bandas/Oficinas	4 500 €
Deslocações dos Oradores	200 €
<b>TOTAL</b>	<b>8 950 €</b>

3. CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA

Pré - Evento

Dume – Capital Sueva	Out.25	Nov.25	Dez.25	Jan.26	Fev.26	Mar.26
Construção dos Cenários		✓	✓	✓	✓	
Preparação das vestes	✓	✓	✓	✓		
Montagem da Aldeia Sueva (Jardim da Casa da Cultura)				✓	✓	✓
Montagem da Feira das Associações (Adro da Igreja)						✓

Evento

Dume – Capital Sueva	16/03 e 19/03	21/03 manhã	21/03 tarde	21/03 noite	22/03 manhã	22/03 tarde	22/03 noite
Museu vai às escolas	✓						
Colóquio Luso Galego				✓			
Visita pelo Património da Freguesia 2ª edição		✓					
Cortejo Suevo pela freguesia			✓				
Arqueologia em Família		✓			✓		
Pigmentos Naturais		✓			✓		
Técnicas de Fogo		✓	✓		✓	✓	
Técnicas de Olaria		✓	✓		✓	✓	
Cunhagem Artesanal de Moedas		✓	✓		✓	✓	



MINUTA MEMÓRIA DESCRITIVA PARA PEDIDO DE APOIO (MOD-AIC.01.02)

Dume – Capital Sueva	16/03 e 19/03	21/03 manhã	21/03 tarde	21/03 noite	22/03 manhã	22/03 tarde	22/03 noite
Oficina do couro		✓			✓		
Passeio a Cavalo (público infantil)		✓	✓		✓	✓	
Teatro da catequese			✓		✓		
Música Medieval			✓	✓			✓
Danças Medievais			✓	✓			✓
Animação de rua		✓	✓		✓	✓	
Grupo de Percussão - CNE		✓	✓			✓	
Festa de encerramento							✓

4. CRONOGRAMA FINANCEIRO

- De Novembro 2025 a Março de 2026

Designação	Nov.25	Dez.25	Jan.26	Fev.26	Mar.26	Total acumulado
Ferragens para cenários	3,35%					
Madeira para cenários	14,53%					
Tintas e Vernizes	1,68%					
Tecido para cenários	5,59%					
Tecido, couro e adereços para indumentária			4,47%			
Divulgação (cartazes, lonas, flyers...)				4,47%		
Tendas da Feira das Associações					7,82%	
Segurança do evento (2 a 5 colaboradores – período noturno)					5,59%	
Grupos/Bandas/Oficinas					50,28%	
Deslocações dos oradores					2,23%	
<b>Total</b>	<b>25,15%</b>	<b>0%</b>	<b>4,47%</b>	<b>4,47%</b>	<b>65,92%</b>	<b>100%</b>



## 5. IDENTIFICAÇÃO DOS REPRESENTANTES LEGAIS DA ENTIDADE

### **Direção da Associação Dume Capital Sueva**

- Luís do Nascimento Soares da Silva – Presidente
- Armando Manuel Lopes Pereira – Secretário
- Paula Cristina Ferreira da Silva – Tesoureiro
- Vítor Duarte Carvalho de Faria – 1º Vogal
- Mário Rui Ribeiro Martins – 2º Vogal



**MINUTA MEMÓRIA DESCRITIVA PARA PEDIDO DE APOIO**  
**(Procedimento "Pedido de Apoios Municipais")**

**Nota:** deverá preencher a informação relativa a cada um dos pontos identificados diretamente neste documento.

**1. DADOS RELATIVOS À ATIVIDADE/PROJETO**

**1.1. Designação da Atividade / Projeto**

Dume – Capital Sueva (4ª edição)

**1.2. Data de realização da atividade / projecto**

09 e 10 de maio de 2026

**1.3. Descrição da atividade / projecto**

Com este evento, a Associação Dume Capital Sueva (ADCS) pretende, durante dois dias, divulgar a História de um povo pouco conhecido, mas que teve um marco importante na cidade de Braga, mais concretamente na freguesia de Dume, onde foi edificada uma enorme Basílica.

A História dos Suevos que habitaram em Dume e em Braga encontra-se ainda envolta de algum mistério, mas, através dos textos deixados por São Martinho de Dume, é-nos possível conhecer um pouco das suas crenças, hábitos e organização social.

Acresce que, na presente edição, o evento dará especial enfoque ao tema do mosteiro e da vida monástica, explorando o papel dos monges na organização social, cultural e religiosa da comunidade sueva, bem como a sua influência no desenvolvimento da região.

Assim, com vista ao cumprimento dos objetivos delineados (descritos no ponto "Objetivos do Projeto"), o evento estará dividido em três grandes partes:

- **O Pré-evento** onde os membros da ADCS e os voluntários de todas as associações/entidades da Freguesia aderentes ao evento estarão envolvidos na construção dos cenários da Aldeia Sueva, na elaboração das vestes e demais trabalhos necessários para a realização do mesmo. Ainda no pré-evento queremos manter, como nas edições anteriores a colaboração do Serviço Educativo do Núcleo Museológico de Dume, organizando uma visita ao Jardim de Infância, Escola Básica e caso possível ao Centro Comunitário da freguesia, na semana que antecede o evento;

- **Aldeia Sueva**, espaço aberto durante os dois dias do evento, localizado nos jardins da Casa da Cultura, onde será feita uma vez mais a recriação de alguns ofícios e do quotidiano da época (com figurantes voluntários das diversas Associações). Neste espaço vão também decorrer algumas atividades direcionadas para famílias, para o público infantil e demais visitantes, a título de exemplo teremos as seguintes atividades: técnicas de olaria, pigmentos naturais, teatro de rua" e atuações de grupos de música de inspiração medieval. Paralelamente, este espaço integrará também referências ao mosteiro e à vida dos monges, através de momentos de recriação e interpretação que darão a conhecer o seu quotidiano, as suas práticas espirituais e o papel que desempenhavam na comunidade da época.



**MINUTA MEMÓRIA DESCRITIVA PARA PEDIDO DE APOIO**  
**(Procedimento "Pedido de Apoios Municipais")**

- **Feira das Associações de Inspiração Sueva**, a ser realizada no Adro da Igreja de Dume também em funcionamento durante os dois dias do evento, onde estarão localizadas tendas das mais variadas Associações/Instituições da Freguesia e iniciativas privadas que se queiram juntar. Estas tendas funcionarão de acordo com o regulamento criado para o evento, de forma a que a inspiração medieval seja notada pelos visitantes quer na venda de produtos alimentares quer na venda de outros produtos. Neste espaço decorrerão igualmente animações de música e teatro levadas a cabo por grupos convidados e pelos próprios voluntários das Associações.

(Durante todo o evento o Núcleo Museológico de Dume e o Museu de Artes e Ofícios da A.C.R.D (Associação Cultural e Recreativa de Dume) estarão abertos ao público. Faremos ainda todos os esforços para levar a cabo um Conferência Luso Galego com o mote "Suevos – Um povo com História")

**1.4. Objetivos da atividade / projecto**

- Divulgar a importância de Dume e Braga no Reino Suevo;
- Divulgar a Vida e Obra de São Martinho de Dume;
- Envolver as diversas gerações da comunidade em volta de um objetivo comum;
- Promover o espírito de união entre as diferentes Associações/Entidades da Freguesia;
- Fortalecer a relação da Cidade de Braga com a Galiza através de um Colóquio Luso Galego sobre o povo Suevo.

**1.5. Fundamentação do interesse municipal na atividade / projecto**

Quem foram os Suevos? Quais os seus hábitos? Qual a sua importância para o desenvolvimento do Noroeste da Península Ibérica? Que importância teve Dume e Braga no Reino Suevo?

Estas questões foram o mote que levaram à criação do evento "Dume – Capital Sueva". Assim levamos até à comunidade mais informações sobre este povo e sobre Dume de uma forma lúdica, ao mesmo tempo que dinamizamos o espírito de união entre as mais diversas Associações e Instituições da Freguesia.

Nas primeiras três edições (2023,2024,2025), o evento atraiu milhares de visitantes, foi notícia nos mais diversos meios de comunicação, captando inclusive o interesse além fronteiras, nomeadamente na Galiza. Teve a colaboração efetiva de dez associações/instituições da Freguesia.

Com a quarta edição da "Dume – Capital Sueva", a realizar em 2026, pretendemos consolidar os objetivos das últimas edições, captar mais público (nacional e estrangeiro) e, simultaneamente, ampliar a oferta cultural e recreativa do evento. Continuaremos a representar o quotidiano da sociedade sueva, procurando ser cada vez mais fidedignos à época, quer na construção dos diversos ofícios, quer na indumentária utilizada pelos figurantes. Importa salientar que este evento é mais do que uma feira, sendo a vertente cultural e a transmissão de conhecimento elementos centrais da sua identidade.





## MINUTA MEMÓRIA DESCRITIVA PARA PEDIDO DE APOIO (Procedimento "Pedido de Apoios Municipais")

Durante os dias do evento vamos continuar a divulgar as nossas origens, a nossa história e o nosso património. Com um programa rico culturalmente (teatro, música, danças, palestras...) onde se inclui o acesso gratuito a vários museus da freguesia. (Nota: Em todas as edições anteriores o Núcleo Museológico de Dume tem vindo a bater recordes de visitantes durante os dois dias, angariando ainda futuras visitas guiadas).

Com a colaboração do Município de Braga, este evento atingirá certamente um novo patamar, enriquecendo a oferta cultural da cidade de uma forma descentralizada, beneficiando não só a comunidade Dumense, como também toda a comunidade Bracarense.

### 1.6. Indicação de histórico da atividade / projeto (nova | continuidade)



### 1.7. Apoios solicitados

Para a concretização do evento, a Associação Dume Capital Sueva (ADCS) vem solicitar o apoio da Câmara Municipal de Braga, nomeadamente:

- **Apoio financeiro;**
- **Apoio institucional e logístico;**
- **Colaboração na disponibilização de grupos culturais,** de dança e de música com os quais tenha detenha protocolos de cooperação, nomeadamente grupos de dança medieval e artistas de fogo, preferencialmente com enquadramento assegurado pelo Município, com vista à sua participação no evento "Dume Capital Sueva", contribuindo para o enriquecimento da programação cultural.





**MINUTA MEMÓRIA DESCRITIVA PARA PEDIDO DE APOIO**  
**(Procedimento "Pedido de Apoios Municipais")**

**2. ORÇAMENTO DISCRIMINADO**

Descrição das Receitas	Valor em Euros
Propinas	NA
CMB	4 850€
Outras entidades públicas	700€
Patrocínios / Mecenato	3 600€
Outras fontes de financiamento	NA
<b>TOTAL</b>	<b>9 150€</b>

Descrição das Despesas	Valor em Euros
Tecido para cenários	500€
Madeira para cenários	250€
Tecido, couro e adereços para indumentária	400€
Divulgação (cartazes, lonas e flyers)	450€
Tendas da Feira das Associações	1 100€
Segurança do evento (período noturno)	500€
Grupos/Bandas/Oficinas	5 500€
Deslocações dos Oradores	250€
<b>TOTAL</b>	<b>8 950€</b>

**3. CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA**

- Indicação do período de execução da atividade (Anual | Outra (identificar qual))

**Pré - Evento**

Dume – Capital Sueva	Dez 25	Jan 26	Fev 26	Mar 26	Abr 26	Mai 26
Construção de Cenários		X	X	X	X	
Preparação das vestes	X	X	X	X		
Montagem da Aldeia Sueva (Jardim da Casa da Cultura)				X	X	X
Montagem da feira das Associações (Adro da Igreja)						X



**MINUTA MEMÓRIA DESCRITIVA PARA PEDIDO DE APOIO**  
**(Procedimento "Pedido de Apoios Municipais")**

Evento							
Dume – Capital Sueva	04/05 a 08/05	08/05 manhã	08/05 tarde	08/05 noite	09/05 manhã	09/05 tarde	09/05 noite
Museu vai às escolas	X						
Conferência Luso Galego			X				
Arqueologia em Família		X	X		X	X	
Pigmentos Naturais		X	X		X	X	
Técnicas de Fogo		X	X		X	X	
Técnicas de Olaria		X	X		X	X	
Oficina do Couro		X	X		X	X	
Música Medieval				X		X	X
Danças Medievais			X			X	
Teatro de autor				X		X	
Animação de rua		X	X		X	X	
Grupo de Percussão - CNE		X	X				
Canto Gregoriano				X			
Festa de encerramento							X

**4. CRONOGRAMA FINANCEIRO**

- Indicação se Anual | Outra (identificar qual)

Descrição das Despesas	Dez 25	Jan 26	Fev 26	Mar 26	Abr 26	Mai 26	Total acumulado
Tecido para cenários	5,59%						
Madeira para cenários	2,79%						
Tecido, couro e adereços para indumentária	4,47%						
Divulgação (cartazes, lonas e flyers)				5,03%			
Tendas da Feira das Associações					12,29%		
Segurança do evento (período noturno)						5,59%	
Grupos/Bandas/Oficinas						61,45%	
Deslocações dos Oradores						2,79%	
<b>TOTAL</b>	<b>12,85%</b>	-	-	<b>5,03%</b>	<b>12,29%</b>	<b>69,83%</b>	<b>100%</b>

Código Verificação: 3WC52JHQL3J6L6PANFHW779Z  
 Verificação: <https://braga.palcaoelectronico.pt/>  
 Documento assinado eletronicamente na plataforma eSistema de Gestão Pública



**MINUTA MEMÓRIA DESCRITIVA PARA PEDIDO DE APOIO**  
**(Procedimento "Pedido de Apoios Municipais")**

**5. IDENTIFICAÇÃO DOS REPRESENTANTES LEGAIS DA ENTIDADE**

Direção da Associação Dume Capital Sueva

- Luís do Nascimento Soares da Silva – Presidente
- Armando Manuel Lopes Pereira – Secretário
- Paula Cristina Ferreira da Silva – Tesoureiro
- Vítor Duarte Carvalho de Faria – 1º Vogal
- Mário Rui Ribeiro Martins – 2º Vogal



**CERTIDÃO**

Abel João Carvalho Duarte, Chefe de Finanças, a exercer funções no Serviço de Finanças de BRAGA-2..

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que o(a) contribuinte abaixo indicado(a) tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177º-A e/ou nºs 3, 6 e 13 do artigo 169º, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).

A presente certidão é válida por quatro meses e não constitui documento de quitação, nos termos dos nºs 4 e 6 do artigo 24º CPPT, respetivamente.

Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão 31 de Julho de 2025.

**IDENTIFICAÇÃO**

NOME: ASSOCIAÇÃO DUME CAPITAL SUEVA

NIF: 518317439

**Elementos para validação**

Nº Contribuinte: 518317439

Cód. Validação: TPRCJCXXUCEG

O Chefe de Finanças,



( Abel João Carvalho Duarte )



## DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte ASSOCIAÇÃO DUME CAPITAL SUEVA

Firma/Denominação ASSOCIAÇÃO DUME CAPITAL SUEVA

ASSOCIAÇÃO DUME CAPITAL SUEVA  
R CÔNEGO INSUELAS N 20  
BRAGA  
4700-055 BRAGA

N.º de Identificação de Segurança Social 25183174395

N.º de Identificação Fiscal 518317439

N.º da Declaração 069954560ASCD25

Data de emissão 2025-07-31

Declaramos, que a entidade acima identificada tem a situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

*Artigo 208.º do Código dos Regimes Contributivos, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro na sua versão atualizada*

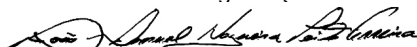
Esta declaração não constitui comprovativo de pagamento de contribuições, nem de outros valores e diz respeito à situação contributiva apurada até à data de emissão, não prejudicando o posterior apuramento de dívidas.

*N.ºs 1 e 3 do artigo 82.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada*

A declaração é válida pelo prazo de **4 meses**, contado a partir da data de emissão.

*Artigo 84.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada*

O Diretor de Segurança Social

  
João Ferreira

Elementos para verificação da autenticidade da declaração:

**Número de Identificação - 25183174395**

**Código de Verificação - 7R3UY287AP3UESR**

Para verificar a autenticidade desta declaração aceda à Segurança Social Direta em [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt) e introduza o Número de Identificação e o Código de Verificação acima indicados.

Verifique se o documento obtido corresponde a esta declaração.





## Conservatória do Registo Comercial

Rua da Ramada, nº 357  
4810 – 445 Guimarães  
Tel.: 253421040  
Fax.: 253421049  
Email: registos.guimaraes@irn.mj.pt

Relativamente à certidão requisitada sob o nº 710/2024

### CERTIFICO

que o presente documento contendo seis folhas incluindo esta, reproduz, em conformidade com o original, o ato constitutivo e estatutos, tudo respeitante à Associação "ASSOCIAÇÃO DUME CAPITAL SUEVA" NIPC nº 518317439.

Todas as folhas vão numeradas, rubricadas e autenticadas com o selo branco exclusivo desta repartição.

Certidão gratuita nos termos do artº. 11º, nº. 1, alínea a) da Lei Nº. 40/2007 de 24/08

Conservatória do Registo Predial/Comercial/Automóvel Guimarães,  
2024-10-22 11:11

A Oficial de Registos

Maria da Graça da Silva Reis



1  
2  
Reis  
Luis Silva  
A/B

## Constituição de Associação

Primeiro: LUÍS DO NASCIMENTO SOARES DA SILVA, solteiro, maior, natural da freguesia de Dume (extinta), concelho de Braga, residente em Rua Valério Pinto de Sá, Número 18, 5º Esquerdo, Real, Dume e Semelhe, Braga, contribuinte nº 157380785.

Segundo: ARMANDO MANUEL LOPES PEREIRA, solteiro, maior, natural da freguesia de Dume (extinta), concelho de Braga, residente em Rua do Monte, Número 8, Real, Dume e Semelhe, Braga, contribuinte nº 252465431.

Terceiro: PAULA CRISTINA FERREIRA DA SILVA, casada, natural da freguesia de Braga (São José de São Lázaro) (extinta), concelho de Braga, residente em Rua Padre Freitas, Número 56, 5º Esquerdo, Real, Dume e Semelhe, Braga, contribuinte nº 225376555.

Que constituem uma Associação que se regerá pelo disposto nos artigos seguintes:

### Artigo 1.º

#### Denominação, sede e duração

1. A associação, sem fins lucrativos, adota a denominação ASSOCIAÇÃO DUME CAPITAL SUEVA, e tem a sede na Rua Cónego Insuelas, Número 20, Braga, freguesia de Real, Dume e Semelhe, concelho de Braga e constitui-se por tempo indeterminado.
2. A associação tem o número de pessoa coletiva 518317439 e o número de identificação na segurança social 25183174395.

### Artigo 2.º

Fim





2 300  
Reis  
Vini Silva  
R

A associação tem como fim Despoletar a responsabilização dos Dumienses pelos testemunhos da sua memória e da sua história enquanto comunidade, auxiliando à criação de um movimento cultural e artístico de interesse pela valorização das tradições locais e do património cultural, natural, histórico e imaterial.

### **Artigo 3.º**

#### **Receitas**

Constituem receitas da associação, designadamente:

- a) a joia inicial paga pelos sócios;
- b) o produto das quotizações fixadas pela assembleia geral;
- c) os rendimentos dos bens próprios da associação e as receitas das atividades sociais;
- d) as liberalidades aceites pela associação;
- e) os subsídios que lhe sejam atribuídos.

### **Artigo 4.º**

#### **Órgãos**

1. São órgãos da associação a assembleia geral, a direção e o conselho fiscal.
2. O mandato dos titulares dos órgãos sociais é de 4 ano(s).

### **Artigo 5.º**

#### **Assembleia geral**



3 4  
8000  
Hm sim  
11 8

1. A assembleia geral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos.
2. A competência da assembleia geral e a forma do seu funcionamento são os estabelecidos no Código Civil, designadamente no artigo 170º, e nos artigos 172º a 179º.
3. A mesa da assembleia geral é composta por três associados, um presidente e dois secretários, competindo-lhes dirigir as reuniões da assembleia e lavrar as respetivas atas.

### **Artigo 6.º**

#### **Direção**

1. A direção, eleita em assembleia geral, é composta por 3 associados.
2. À direção compete a gerência social, administrativa e financeira da associação, representar a associação em juízo e fora dele.
3. A forma do seu funcionamento é a estabelecida no artigo 171º do Código Civil.
4. A associação obriga-se com a intervenção de dois membros da direção.

### **Artigo 7.º**

#### **Conselho Fiscal**

1. O conselho fiscal, eleito em assembleia geral, é composto por 3 associados.
2. Ao conselho fiscal compete fiscalizar os atos administrativos e financeiros da direção, fiscalizar as suas contas e relatórios, e dar parecer sobre os atos que impliquem aumento das despesas ou diminuição das receitas.
3. A forma do seu funcionamento é a estabelecida no artigo 171º do Código Civil.



## Artigo 8.º

### Admissão e exclusão

As condições de admissão e exclusão dos associados, suas categorias, direitos e obrigações, constarão de regulamento a aprovar pela assembleia geral.

## Artigo 9.º

### Extinção. Destino dos bens.

Extinta a associação, o destino dos bens que integrem o património social, que não estejam afetados a fim determinado e que não lhe tenham sido doados ou deixados com algum encargo, será objeto de deliberação dos associados.

Os associados declaram ter sido informados de que devem proceder à entrega da declaração de início de atividade para efeitos fiscais, no prazo legal de 90 dias.

Aos 22 dias do mês de Outubro de 2024

. *Luís do Nascimento Soares da Silva*  
. *Armando Manuel Lopes Pereira*  
. *Paula Cristina Ferreira da Silva*

Reconheço as assinaturas supra de Luís do Nascimento Soares da Silva, Armando Manuel Lopes Pereira e de Paula Cristina Ferreira da Silva, feitas na minha presença pelos próprios, pessoas cuja identidade verifiquei por exibição dos Cartões do Cidadão respetivamente nºs 06586061 6ZY1 válido até 18/02/2029,



5  
6  
Início  
P. 8

13256088 7ZX1, válido até 22/01/2029 e 11776640 2ZX2 válido até 03/09/2030, emitidos pela República Portuguesa.

Os signatários declaram que são os únicos detentores do controlo efetivo da entidade ora constituída.

Adverti os intervenientes que a entidade por eles constituída está obrigada a efetuar a declaração de beneficiário efetivo, no prazo máximo de um mês a contar da data da inscrição no FCPC.

Espaço dos Registos de Guimarães, 22 de outubro de 2024  
A Oficial de Registos,

Maria da Graça da Silva Reis

Maria da Graça da Silva Reis

Consultado hoje em ePortugal.gov.pt, pelas dez horas e dezoito minutos, o Certificado de Admissibilidade nº 2024040932, emitido pelo RNPC em 09/08/2024.





## INFORMAÇÃO DE COMPROMISSO E/OU CABIMENTO

**Data:** 07/04/2026

À proposta de submissão a reunião do órgão executivo, com o processo gestiona n.º **17212/2026**, foi assegurada a regularidade financeira da despesa através do:

N.º sequencial de cabimento: **100964, e compromisso N.º: 134865**

Declaro que a informação prestada coincide com os mapas de execução orçamental.

## DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

